



Algumas referências sobre
Legislação Municipal referentes a
salas de cinema
(quanto a impostos para funcionamento, segurança...)

(ênfase ao período mudo)
(trabalho não revisado)
Realizado por volta de 1980 / organizado em março/84.

MENDES, Ricardo. *Algumas referências sobre a Legislação Municipal referentes a salas de cinema*. São Paulo: SMC/ CCSP/ Divisão de Pesquisas/ ETP Fotografia, 1980-1984. n.p. (21p.)

Compilação de trabalho da legislação municipal de São Paulo sobre salas de cinema - 1896-1933.

escaneado em: 2025.11.21



'Leis, resoluções, actos e atos executivos da Camara Municipal
da capital do Estado de São Paulo - 1896'
São Paulo, Casa Vanorden, 1916

.lei nº 286 (10/11/1896) (em vigor a partir de 01/01/1897)
(p.135)

§5- 'Tabela do imposto de licenças, estacionamento e
localizações'

(p.139)

...

'n.111 fotografia animada, exposição de, por mês
.....100\$000



'Leis, resoluções, actos e atos executivos da Camara Municipal da capital do Estado de São Paulo - 1897 a 1899'
São Paulo, Casa Vanorden, 1899(?)

.Ato executivo nº 22 (10/06/1897)
instruções provisórias para arrecadação do imposto de licen-
ças, estacionamento e localizações.
(p.323-324)

Art 1 - 'O imposto a que se referem estas instruções é de-
vido pelas pessoas que exploram divertimentos em
lugares públicos ou particulares, concessões es-
peciais para comerciarem além das horas determi-
nadas nas leis, pelos ambulantes que se utiliza-
rem dos lugares públicos para estacionarem suas
mercadorias ou objetos de distração para qualquer
que seja o fim, por todos aqueles que se ocuparem
de misteres que pela necessidade de fiscalização
da policia municipal não poderem ser exercidos
sem licença da respectiva Intendência e enfim, por
qualquer que seja o indivíduo ou sociedade que por
serviços ou posses estiver compreendido nas tabe-
las constituidas pelo art 1º §5 da lei nº 286 de
10 de novembro de 1896.'

(o que inclui de 'vendedor de confeti' a 'vacas
particular')



'Leis e Actos da Camara Municipal da capital do Estado de São Paulo - 1900 a 1902'
São Paulo, Casa Vanorden, 1916

.lei nº 493

fixa a despesa/receita do município - ano 1901.

Art 35 - Tabela do imposto de licenças, estacionamento e localizações

(p.86)

...

n.18 'Cinematografo, exposição de, por mez....
100\$000'

(p.88)

...

n.48 'Fotografia animada, exposição de, por
mez.....100\$000'

.lei nº 611 (22/10/1902)

fixa a despesa/receita do município - ano 1903.

Art 26 - denomina a tabela 'Imposto de licenças, estacionamento e localizações' de 'Imposto de licenças'

(p.222)

...

'Cinematografo ou fotografia animada, no triângulo central, por mes....200\$000, fora do triângulo central.....100\$000'



'Leis e Actos do município de São Paulo do ano de 1903'
São Paulo, Typografia e Papelaria de Vanorden e cia, 1904

(p.29)

.lei nº 656 (07/07/1903)

art 1 - horário de funcionamento do comércio

01/04 a 30/09 - até 20:00

01/10 a 31/03 - até 21:00

(p.60)

art 20- imposto de licença

§1- modificação:

'3.cinematografo ou fotografia animada, por 30

dias: .no centro da cidade 300\$000

.fora do centro da cidade 150\$000

(p.63)

§3- centro: '...todo o largo da Sé, a rua Direita até o Viaduto, a rua Libero Badaró desde o alto da la deira Dr. Falcão até o largo de São Bento, todo o largo de S.Bento, a rua da Boa Vista, a rua Quinze de Novembro, o largo do Tesouro, o largo do Pa lácio até a esquina da rua da Fundição com o lar- go da Sé e todas as ruas que se acharem dentro des- sa área'.



'Leis e Actos do município de São Paulo do ano de 1906'
São Paulo, 1907

(p.83)

.lei nº 956 (16/11/1906) (referente ao orçamento de 1907)

art 21 - Imposto de licença

§1 - modificação:

'2.cinematografo ou fotografia animada não permanente, em casa particular, fora do centro da cidade, por dia.....5\$000'



'Leis e actos do município de São Paulo do ano de 1907'

São Paulo, Typografia e Papellaria de Vanorden e cia, 1908

(p.7)

.lei nº 976 (29/01/1907)

art 1 - estende horário de funcionamento do comércio até
as 20:00, exceto entre 01/12 e 10/01 quando o li-
mite estabelecido é 21:00.

(p.110)

.lei nº 1054 (12/11/1907) (referente ao orçamento de 1908)

art 18- acrescenta à tabela do imposto de licença:

'2. cinematographo ou fotografia animada, por 10
dias, no centro da cidade, 150\$000; fora do
centro 80\$000



'Leis e atos do município de São Paulo do ano de 1909'
São Paulo, Casa Vanorden, 1910.

.lei nº 1258 (/ /1919)

(p.101)

Art 16 - Imposto de licença

§1 - modificação da tabela

(ver 'Consolidação das tabelas dos impostos, taxas e emolumentos municipais (31/12/1913)' São Paulo, Casa Vanorden, 1913-1914) (a seguir)

(p.103) §4 - define perímetros.

§5 - sobre sessões.

(p.108)

Art 28 - 'As casas ocupadas por misteres estranhos à habitação...pagarão as taxas mensaes constantes dos paragrafos seguintes:

(p.109-111) ...

§4 - 'São sujeitos à taxa de 5\$000:'

...

h)- 'As casas de leilões, de penhores, de banhos, de alugar comodors, de saude ou hospitais, as farmácias, serrarias, leiterias, padarias, fotografias, tinturarias, rinhas, açougues, torrefações e moí_{nhos} de café, as agências de bancos e de companhias, as instalações das empresas telefônicas, de mensageiros, de transportes, de tiro ao alvo, de cinematógrafos e de exposições, os estabelecimentos de beneficiar arroz e café em grão, os es_{critórios} de anúncios, de empresas de bondes e de estradas de ferro, os gabinetes dentários, os depósitos de madeira, as garages de automóveis e os internatos.'



'Leis e Actos do município de São Paulo do ano de 1912'
São Paulo, Casa Vanorden, 1913

(p.5)

.lei nº 1491 (02/01/1912)

art 1 - horário de funcionamento do comércio até 19:00,
exceto entre 01/12 e 10/01, quando se estende
até 21:00.



'Consolidação das tabelas dos impostos, taxas e emolumentos municipais (31/12/1913)'

São Paulo, Casa Vagnorden, 1913-1914.

Org. Plínio Ramos. Trabalho oficial.

(Classificação-biblioteca-Fac. Direito/USP: S4-16-38)

Vol.1 (?)

Título I

Imposto de Industrias e profissões

Cap.V - 'Das bases para lançamento

(p.16) Art 34 - '...devendo pagar integralmente as respectivas taxas:'

paragrafo 3º

(p.17) 'Os empresários de teatros, casas de espetáculos, de tiro ao alvo, rinhas, patinações, velodromos, hipódromos e outras semelhantes, salvo o caso de acumulação destas profissões entre si...'

Conforme Ato nº 247, de 4 de janeiro de 1907, art 1.

Cap.X - 'Disposições geraes'

(p.38) Art 126 - não inclui teatros e casas de espetáculos no rol dos estabelecimentos com obrigatoriedade do 'alvará de licença da Prefeitura'.

Cap.X - 'Tabela das taxas'

(p.79) 'Fitas cinematográficas (mercador e alugador de)

1ª ordem 1:000\$000 e 20%

2ª ordem 500\$000 e 20%

3ª ordem 300\$000 e 20%'

Conforme lei nº 1749, de 1913, art 7, §1.

...

(p.111) 'Teatro ou casa de espetáculos e diversões de segunda ordem (empresário de) não explorando as diversões por conta própria...200\$000

Conforme lei nº 493, de 1900, art 27, §2. Tabela B n.53(?).

Título IV

Imposto de licença

(p.139) Art 1 - 'A arrecadação do imposto de 'licença' depende do lançamento quanto a cocheiras, quitandas, extra-



...

ção de barro e areia, jogos e diversões permanentes e licenças especiais para o funcionamento de estabelecimentos além das horas determinadas nas leis e posturas.'

Conforme reg. nº 15, de 1896, art 42 e
reg. nº 17, de 1899, art 40.

Cap.IV - 'Centro da cidade

(p.144) 'O centro da cidade para o efeito de cobrança do imposto de 'licença' é o seguinte: largo da Sé, rua Direita, viaduto do Chá, ruas Xavier de Toledo, Sete de Abril, Ypiranga, até a rua S.João, por onde desce, todo o largo do Paissandu, travessa do mesmo nome, rua do Seminário, toda a travessa do mesmo nome, ruas São João, Libero Badaró, Largo de S.Bento, ruas Boa Vista e Quinze de Novembro, largos do Thesouro e do Palacio, rua do Carmo, Travessa da Sé, e todas as ruas ou partes de ruas que se acharem situadas dentro desta área, inclusive toda a rua Formosa e a Rua Anhangabaú, até ao Viaducto de Santa Iphigenia.'

Conforme lei nº 1258, de 1909, art 16, §4.

Cap.VII- 'Tabela das taxas

(p.151) 'Cinematografo, no centro da cidade:

por mes, com mais de um aparelho	800\$000
por mes, com um só aparelho	500\$000
por dia	30\$000

Fora do cebtro da cidade:

por mes	200\$000
por dia	20\$000'

Conforme lei nº 1258, de 1909, art 15, §1, n.3.

'Nota-Pagarão um só imposto os estabelecimentos de cinematografos que funcionarem com mais de um aparelho ao mesmo tempo, com as denominações de 'seções', desde que sejam no mesmo prédio, embora com entradas e saidas diferentes.'



...

Vol.2

Cap.III - 'Da jurisdição comercial em razão das pessoas e dos atos.

Art 15 - (sobre comerciantes matriculados ou não e o caráter de proteção - legal ??)
(p.21)

Art 19 - 'Considera-se mercancia:
(p.22-24) ...

'As empresas de fabricas, de comissões, de depósito, de expedição, consignação, e transporte de mercadorias; de espetáculos públicos;...'

Conforme decreto nº 763, de 19/09/1890 (sobre indicações para processo das causas cíveis), que complementa o reg. nº 737, de 20/11/1850.

.Decreto nº 916, de 24/10/1890
(p.492...) 'Crea o registro de firmas ou razões comerciais'

Art 1 - '... a cargo das Juntas Comerciais e das Inspetorias comerciais nas respectivas sedes e dos oficiais do registro de hipotecas nas outras comarcas.'

Art 11- (facultativo ???)
(p.494) Consta da declaração:

'a)a firma ou razão;

b)o nome por extenso dos socios ou pessoas com direito ao seu uso ou emprego;

...

e)o genero de comercio ou as operações do comerciante;

f)o domicílio, com especificação da rua e número;

g)a data em que começou a funcionar o estabelecimento e a do arquivamento do contrato social;

h)a denúncia da existência de filiais e sua sede.'

Observação: Na parte referente a considerações sobre taxações possíveis consta uma sugestão de Arthur Guimarães (p.54):

quanto'ao caso criado pelo aparecimento do



...

'cinphone'...'

'Parece-nos mesmo indicado criar um imposto pesado para toda a casa de espetaculos que em vez de orquestra composta...'



'Leis e Actos do município de São Paulo do ano de 1914'
São Paulo, Casa Vanorden, 1915

.Acto n.705 (07/08/1914)
(p.142)

'regulamenta e consolida disposições de leis sobre exer
cício de industria e profissões que dependem de licen-
ça'

(p.143)

Art 1 - 'Todas as industrias e profissões, em seguida e
numeradas, só poderão ser exercidas em locais
em que tenham sido cumpridas as prescrições res
pectivas de higiene e segurança estabelecidas
nas leis municipais:'

...

'36, cinematografos'

(obrigatório licença de funcionamento)



'Leis e Atos do município de São Paulo do ano de 1916'

São Paulo, Casa Vanorden, 1917

.lei nº 1954 (23/02/1916) (p.19-23)

(p.19)

'Regulamenta a construção ou adaptação de prédios para o funcionamento de cinematografos no município da capital e dá outras providências.'

(p.21)

Art 11 - proíbe 'bars ou botequins de qualquer espécie' (salvo a sala de espera, lateral e ampla - ?)

Art 12 - proíbe fumo na sala de espetáculos.

(p.22)

Art 13 - exige instalações sanitárias.

(p.23)

Art 18 - proíbe a 'exibição de fitas que ofendam à moral pública ou prejudiquem a educação dos menores, sob pena de serem apreendidas essas fitas e incorrer o proprietario do cinematografo na multa de 50\$000.'

Art 19 - proíbe a venda de ingresso além da lotação.

Art 20 - proíbe cinema no pavimento superior de sobrados e no andar térreo de prédios residenciais exceto com teto revestido de cimento armado, espessura mínima de 8cm.

.lei nº 2015 (20/10/1916) (p.69-70)

(p.69)

'Proíbe a exibição de fitas cinematográficas que não consultem a moral e os bons costumes.'

Art 2 - obriga a censura prévia do programa e dos filmes.

...

b)'os quaes serão em puro vernáculo, expurgados de barbarismos, expressões grotescas, alusões ofensivas ou maliciosas.'

(p.70)

Art 3 - prevê multa de 50\$000 e em caso de repetição de



...

infração - não se concederá outra licença.

.Ato nº 983 (21/09/1916) (p.322-331)

'Regulamenta a lei nº 1954 de 23/02/1916'.

(p.324)

Art 9 - regulamenta largura mínima da sala

§1- define possibilidade de frisas, camarotes ou galerias.

Tb portas de segurança, isolamento de cabine, luz de segurança;

.Ato nº 849 (27/01/1916) (p.153-197)

'Regula a lei nº 1874 de 12 de maio de 1915 e as disposições legais referentes a construções por essa lei revogadas.'

Talvez a mais complexa reavaliação desde o Padrão Municipal de 11 de agosto de 1886.

Aprovado pela diretoria de Obras e Viação.

Cap. VII - 'Teatros, casas de diversões, botequins, casas de generos alimentícios, etc...

(p.85)

Art 137-reafirma a lei nº 252 de 02/07/1896 art 4 que preveia inspeção de segurança, higiene e comodidade do espectador antes da entrega ao funcionamento.



'Leis e Atos do município de São Paulo do ano de 1917'
São Paulo, Imp. Oficial do Estado, 1936

.lei nº 2101 (16/10/1917)
(p.79-80)

'Autoriza a prefeitura a conceder licença para o funcionamento dos cinematografos em geral, já existentes ao tempo da promulgação da lei nº 1954, de 23 de fevereiro de 1916, e dá outras providênçias.'

Art 1 - prazo de três anos para a prefeitura conceder licença

Art 2,3 e 4 - indica restrições de segurança.



'Leis e Atos do município de São Paulo do ano de 1919'
São Paulo, Casa Vanorden, 1919

.lei nº 2239 (30/10/1919) - orçamento para 1920 (p.65-133)
(p.129)

Art 8 - introduz modificações no imposto de licenças:

'1.cinematografo

Nos perimetros central e urbano.....

por mes, com mais de um aparelho 800\$000

por mes, com um só aparelho 500\$000

por dia 30\$000

No perimetro suburbano

por mes 200\$000

por dia 20\$000

No perimetro rural

por mes 50\$000

por dia 10\$000

Obs.: falta delimitação quanto a perimetros



'Leis e Atos do município de São Paulo do ano de 1920'
São Paulo, Casa Vanorden, 1921

(p.12)

.lei nº 2259 (05/02/1920)

Estabelece o horário de fechamento dos estabelecimentos comerciais.

Art 1 - horário de encerramento da atividade - 19:00, exce
to entre 01/12 a 10/01 quando o horário se estende
até 21:00.



'Codigo Municipal 1929'
São Paulo, sd. (1933?)

(org.J.F.Cavalcanti e outros)

.referente a lei municipal nº 3247, de 19/11/1929.

Veja,

quanto a disposições gerais - art. 351 a 403.

Idêntica a legislação pré-existente, com exceção da cen
sura. (?)



'Decretos e Atos do Município de São Paulo do ano de 1932'
São Paulo, Escolas profissionais do Liceu Coração de Jesus,
1933

.Ato nº 296 (13/01/1932)

(p.74)

Art 1 - licença de funcionamento obrigatória para o comér-
cio.

.Ato nº 351 (07/06/1932 (p.201-203)

'Dispõe sobre alvarás de licença para funcionamento'.

§1 - estabelece valor anual...

Art 1 - estabelece obrigatoriedade do alvará.

(p.203)

Art 6 - ...

§1 - 'cinemas' - sujeito a vistoria tecnica da Direto-
ria de Obras e Viação. (no mínimo 4 vistorias)??